

# DISCURSO POLÍTICO E METÁFORA: EFEITOS DE SENTIDO SOBRE A DITADURA MILITAR EM PRONUNCIAMENTOS DE JAIR BOLSONARO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

## POLITICAL DISCOURSE AND METAPHOR: MEANING EFFECTS UPON BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP IN JAIR BOLSONARO'S PRONOUNCEMENTS IN THE HOUSE OF REPRESENTATIVES

Bianca Resende Carvalho **1**  
Edmundo Narracci Gasparini **2**

**Resumo:** Este artigo se propõe a analisar três pronunciamentos do deputado Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados (2004, 2005 e 2006) de forma a identificar efeitos de sentido sobre a ditadura militar (1964-1985). Amparada nas elaborações de Michel Pêcheux em *Análise Automática do Discurso* e de Ernesto Laclau em *A razão populista*, a análise indicou que os pronunciamentos de Bolsonaro significam a ditadura militar em relação a uma dicotomização do espaço social, a partir da qual se configuram dois polos em relação de oposição. A análise possibilitou vislumbrar o jogo metafórico constitutivo dos efeitos de sentido sobre a ditadura militar, na medida em que os elementos que se agrupam em torno de cada um dos polos estabelecem entre si relações de analogia. A análise aponta para a existência de uma forma do discurso político que se estrutura a partir de efeitos metafóricos em torno de uma dicotomização do espaço social.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Efeito Metafórico. Regime Militar.

**Abstract:** This paper aimed at analyzing three pronouncements made by Jair Bolsonaro in the House of Representatives (2004, 2005 and 2006) in order to identify meaning effects upon Brazilian military dictatorship (1964-1985). Based on Michel Pêcheux's *Automatic Discourse Analysis* and Ernesto Laclau's *On populist reason*, the analysis indicated that the pronouncements signify the military dictatorship in relation to a dichotomization of the social field by means of which two opposite poles are constituted. The analysis disclosed the metaphorical constitution of the meaning effects upon the military dictatorship once the elements regrouped around the poles of the dichotomy maintain a relation of analogy among themselves. The analysis also points to the existence of a form of political discourse whose structure is constituted by metaphorical effects around a dichotomization of the social field.

**Keywords:** Discourse Analysis. Metaphorical Effect. Military Regime.

---

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da **1**  
Universidade Federal de São João Del-Rei. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0628045559152503>. E-mail: [bianca.carvalho@hotmail.com](mailto:bianca.carvalho@hotmail.com)

Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. **2**  
Professor do Departamento de Letras, Artes e Cultura e do Programa de  
Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João Del-Rei.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9681610935185356>. E-mail: [gaspar@ufsj.edu.br](mailto:gaspar@ufsj.edu.br)

## Introdução

São conhecidos os posicionamentos de Jair Messias Bolsonaro, presidente do Brasil eleito em 2018, em defesa da censura, da tortura e da ditadura militar no Brasil (1964-1985).

Ao longo de sua carreira política como deputado federal (1991-2018), Bolsonaro acumulou numerosas manifestações de apoio à ditadura militar. Com base nas transcrições dos pronunciamentos que Bolsonaro fez na Câmara dos Deputados, um levantamento (MENEGAT, 2019) apontou que o então deputado mencionou o regime militar em um a cada quatro pronunciamentos no plenário. Das 901 falas catalogadas, 252 (28%) mencionam o período em que os militares estiveram no poder.

No trabalho, aqui, apresentado, amparamo-nos nas elaborações de Michel Pêcheux (em *Análise Automática do Discurso*) e de Ernesto Laclau (em *Sobre a razão populista*) para investigar três pronunciamentos de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados. Interessou-nos abordar os efeitos de sentido sobre a ditadura militar nos pronunciamentos do então deputado. É a partir da retomada do texto de Pêcheux, no qual o discurso político comparece como “representante exemplar de diversos tipos de processos discursivos” (PÊCHEUX, 1997, p. 77) e do texto de Laclau, no qual a lógica populista é abordada como “via régia para compreender algo sobre a constituição ontológica do político como tal” (LACLAU, 2005, p. 67, tradução nossa<sup>1</sup>), que estabeleceremos os fundamentos teórico-metodológicos que possibilitarão analisar os pronunciamentos do então deputado federal e, também, contribuir para a compreensão do discurso político.

O trabalho, aqui, apresentado tem como objetivo geral, portanto, investigar como três pronunciamentos do então deputado federal Jair Bolsonaro significam a ditadura militar. Nossos objetivos específicos são 1) identificar efeitos de sentido sobre a ditadura militar nos pronunciamentos de Bolsonaro e 2) contribuir para a compreensão do discurso político.

Passemos aos elementos teóricos que fundamentaram o trabalho.

## Fundamentação teórica

Em seu estudo sobre o discurso político da extrema-direita brasileira, Morais (2019) analisa o voto do deputado federal Jair Bolsonaro (PSL) na Câmara dos Deputados na sessão de julgamento do impeachment de Dilma Rousseff (abril de 2016), assim como três enunciados postados em seu perfil no Facebook. Sobre uma das postagens no Facebook (18 de julho de 2015), Morais faz uma afirmação digna de nota:

No enunciado, há a construção de dois grupos antagônicos: de um lado, a população de bem, do outro, a esquerda brasileira e o Partido dos Trabalhadores (PT). Em oposição lógica às pessoas/cidadãos de bem, haveria os não-cidadãos de bem; infere-se, então, que o cidadão de bem não só não é esquerdista/petista, como também possui por princípio sua negação política, de modo que ambos os grupos estão dispostos de maneira mutuamente excludentes. O posicionamento conflituoso entre tais grupos decorreria do fato de a esquerda brasileira ser anti-nacional, anti-democrática, ideologicamente radical, grevista, desordeira, corrupta e comunista. Logo, a favor do desarmamento da população de bem, da luta de classes e do desgaste dos valores da família. Em decorrência disso, citando o editorial do antigo proprietário do jornal O Globo, Roberto Marinho, o então parlamentar propõe uma ressignificação da ditadura militar brasileira (1964-1985) como Revolução, visto que, como reação à suposta ameaça dos “terroristas de esquerda”, a subida dos militares ao poder teria sido uma medida necessária à garantia da ordem, das instituições

<sup>1</sup> Em inglês: “the royal road to understanding something about the ontological constitution of the political as such”.

democráticas e dos anseios nacionais (MORAIS, 2019, p. 162-163).

De acordo com a análise de Morais, o enunciado analisado constrói dois grupos antagônicos: de um lado, a população de bem e, de outro, a esquerda brasileira/o PT. Trata-se, conforme indica o autor, de uma relação de oposição lógica entre os dois grupos. Destaca-se também da análise de Morais a menção a uma resignificação da ditadura militar como Revolução, como reação a uma suposta ameaça dos “terroristas de esquerda”. A nos guiarmos por Morais, portanto, a ditadura militar é significada na referência à construção de dois grupos antagônicos em relação de oposição lógica. Retomaremos tais considerações adiante.

Em *Análise Automática do Discurso* – considerado por diferentes autores como o momento inaugural da teoria que constitui o discurso como objeto (LEITE, 1994) –, o discurso político é considerado por Pêcheux como um “representante exemplar de diversos tipos de processos discursivos” (PÊCHEUX, 1997, p. 77). É a partir do exemplo do “discurso de um deputado na Câmara” (PÊCHEUX, 1997, p. 76) que Pêcheux forja dois conceitos fundamentais para o campo dos estudos discursivos, quais sejam, condições de produção e processo discursivo. Em sua condição de representante exemplar, o discurso político tem, em *Análise Automática do Discurso*, uma potência que permite a Pêcheux discutir elementos fundamentais para o estabelecimento do objeto discurso no final dos anos 60. Para nós, não deixa de ser oportuno que o exemplo utilizado por Pêcheux se relacione ao tema do trabalho, aqui, apresentado.

De início, Pêcheux afirma que o discurso do deputado na Câmara não manifesta uma liberdade do locutor<sup>2</sup>. Antes, faz parte de um mecanismo em funcionamento, isto é, pertence a “um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada” (PÊCHEUX, 1997, 76-77, destaque do autor). Portanto, o discurso do deputado não corresponde à manifestação de uma liberdade do locutor, uma vez que é determinado por um conjunto de normas que se situam no nível intermediário entre o individual e o universal<sup>3</sup>. Dois pontos nos parecem importantes na afirmação de Pêcheux. Em primeiro lugar, o fato de que tais normas derivam de uma ideologia política. Mas também o fato de que estas normas correspondem a um certo *lugar* em uma formação social. Sobre este ponto, Pêcheux afirma:

Em outras palavras, um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido de oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior de

<sup>2</sup> Pêcheux afirma que do ponto de vista saussuriano o discurso do deputado seria da ordem da fala, isto é, manifestaria a liberdade do locutor. O que está em jogo aqui é a crítica feita por Pêcheux em *Análise Automática do Discurso* ao conceito de fala no Curso de Linguística Geral, conceito que, segundo Pêcheux, aparece como um “caminho da liberdade humana” (PÊCHEUX, 1997, p. 71, destaque do autor). Marcamos aqui nosso distanciamento em relação à crítica feita por Pêcheux ao conceito saussuriano de fala. Conforme indica Gasparini (2016), embora o conceito de fala de fato apareça, em algumas passagens do Curso, associado a uma “liberdade individual”, tal conceito não se encontra completamente subsumido à perspectiva de uma liberdade do falante. Conforme o próprio Pêcheux ressalva na passagem sobre a qual estamos nos debruçando: “Do estrito ponto de vista saussuriano, o discurso [do deputado na Câmara] é, enquanto tal, da ordem da fala, na qual se manifesta a “liberdade do locutor”, ainda que, bem entendido, seja proveniente da língua enquanto sequência sintaticamente correta” (PÊCHEUX, 1997, p. 76, destaques do autor). Este é exatamente o ponto: no Curso, para além da configuração da fala como “ato individual de vontade e inteligência” (SAUSSURE, 1974 p. 22), do qual “o indivíduo é sempre senhor” (SAUSSURE, 1974, p. 21), há algo mais fundamental, e que o próprio Pêcheux menciona em sua ressalva: não há fala sem língua, só é possível falar de acordo com as possibilidades fornecidas pela língua. Nesse sentido, a indicação feita por Pêcheux de que a fala saussuriana corresponde a um caminho da liberdade humana fica confrontada com um impasse.

<sup>3</sup> Vale destacar o estabelecimento do discurso, em *Análise Automática do Discurso*, como instância intermediária entre a universalidade (da língua) e a singularidade individual (da fala), remetendo, portanto, ao registro da particularidade, registro que se articula ao jogo de lugares no interior de uma formação social.

relações de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado” (PÊCHEUX, 1997, p. 77, destaque do autor)

A argumentação de Pêcheux aponta para a forma como é trabalhado, no texto de 1969, o conceito de condições de produção. Na teoria linguística essa perspectiva estava representada, segundo Pêcheux, pelo papel dado ao “contexto” ou à “situação”. Vê-se, pois, o estatuto do conceito de condições de produção no texto de 1969: mais do que o “contexto” ou a “situação” como pano de fundo dos discursos, elas remetem ao *lugar* no jogo de relações sociais. No que se refere ao exemplo do deputado na Câmara, Pêcheux especifica, conforme vimos acima: o deputado é de um partido que participa do governo, ou de um partido de oposição; é ligado a um grupo que representa um interesse ou está isolado. O deputado está, como diz Pêcheux, situado num jogo de forças entre elementos antagonistas em um campo político.

No texto de 1969, Pêcheux formula a hipótese de que “a um estado dado das condições de produção corresponde uma *estrutura* definida dos processos de produção do discurso a partir da língua” (PÊCHEUX, 1997, p. 79, destaque nosso). Há, portanto, uma correspondência entre as condições de produção e os processos discursivos. Sobre estes últimos, Pêcheux indica que eles resultam da composição das condições de produção com um sistema linguístico. As condições de produção funcionam, segundo Pêcheux, como um princípio de seleção e combinação sobre os elementos da língua, constituindo a partir deles “o sistema de ligações semânticas que representa a matriz do discurso” (PÊCHEUX, 1997, p. 88). Essa matriz é, portanto, considerada por Pêcheux como uma estrutura que corresponde a determinadas condições de produção.

Considerar o processo discursivo como uma estrutura aponta para a relevância que possui, em *Análise Automática do Discurso*, o efeito metafórico: “Chamaremos *efeito metafórico* o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre *x* e *y* é constitutivo do ‘sentido’ designado por *x* e *y*” (PÊCHEUX, 1997, p. 96, destaque do autor). A estrutura de um processo discursivo, assim, define-se como “um tecido de elementos solidários, instalando-se e assegurando-se a si mesma através de efeitos metafóricos [...]” (PÊCHEUX, 1997, p. 97). Nessa perspectiva, é através de um olhar às relações de substituição entre significantes que é possível abordar o processo discursivo como estrutura. É nessa perspectiva que podemos compreender o processo discursivo como “matriz do discurso”: os efeitos de sentido constituídos em nível dos processos discursivos são engendrados a partir de relações de substituição entre significantes, relações que correspondem a um determinado estado das condições de produção do discurso.

Conforme vimos, o discurso político assume em *Análise Automática do Discurso* a função de um “representante exemplar de diversos tipos de processos discursivos” (PÊCHEUX, 1997, p. 77), possibilitando que Pêcheux elabore conceitos importantes para a Análise do Discurso. Contudo o que poderia especificar o discurso político, diferenciando-o de outros processos discursivos? Se a estrutura de qualquer processo discursivo se instaura e se assegura através de efeitos metafóricos, conforme indica Pêcheux (1997), o que seria específico ao jogo metafórico em torno do qual se instaura e se assegura o discurso político? O caminho que trilharemos para abordar essa questão, de forma a delinear a estrutura específica de uma forma do discurso político, passa por uma discussão sobre as elaborações de Ernesto Laclau acerca da lógica populista.

Em *Sobre a razão populista*, Laclau (2005) centra sua discussão na formação de identidades coletivas e aborda o populismo não como um “excesso perigoso” mas, antes, em termos de uma *lógica* que se inscreve no funcionamento de qualquer espaço comunitário. Conforme o autor afirma,

Minha tentativa não foi a de encontrar o *verdadeiro* referente do populismo, mas fazer o contrário: demonstrar que o populismo não possui unidade referencial porque ele é atribuído não a um fenômeno delimitável mas a uma

lógica social cujos efeitos atravessam muitos fenômenos. O populismo é, muito simplesmente, uma forma de construção do político (LACLAU, 2005, p. xi, destaque do autor, tradução nossa<sup>4</sup>).

Como forma de construção do político, o populismo é, na perspectiva delineada por Laclau, “uma dimensão constante da ação política que necessariamente advém (em graus diferentes) em todos os discursos políticos” (LACLAU, 2005, p. 18, tradução nossa<sup>5</sup>). Ora, se o populismo é uma forma de construção do político, uma dimensão que advém – em graus diferentes – em todos os discursos políticos, acreditamos que a abordagem feita por Laclau (2005) sobre a lógica populista possa contribuir para o delineamento de uma das formas do discurso político.

Importa, contudo, destacar que o conceito de discurso com o qual trabalha Laclau não corresponde inteiramente à forma como Pêcheux concebe o discurso. De acordo com Laclau, o discurso se refere a “qualquer complexo de elementos no qual as *relações* assumem o papel constitutivo” (LACLAU, 2005, p. 68, destaque do autor, tradução nossa<sup>6</sup>). O autor retoma a indicação de Saussure de acordo com a qual a língua não possui termos positivos, apenas diferenças, e afirma que

o que é verdade no que se refere à língua concebida em sentido estrito é também verdade no que concerne a qualquer elemento significativo (isto é, objetivo): uma ação é o que é apenas através de sua diferença em relação a outras ações possíveis e em relação a outros elementos significativos – palavras ou ações – que podem ser sucessivos ou simultâneos. Apenas dois tipos de relações podem possivelmente existir entre esses elementos significativos: combinação e substituição (LACLAU, 2005, p. 68, tradução nossa<sup>7</sup>).

O conceito de discurso com o qual trabalha Laclau se sustenta na própria forma como a língua é compreendida no âmbito do *Curso de Linguística Geral*: como um tecido de elementos solidários que assumem valor a partir de suas relações com outros elementos. Eis o que está em jogo na noção da língua como sistema, como estrutura<sup>8</sup> que se sustenta em relações de valor que se desdobram em nível dos eixos sintagmático (em que está em jogo a combinação de elementos) e associativo (no qual advêm possibilidades de substituição entre elementos).

Para Pêcheux (1997), por contraste, o discurso se refere a efeitos de sentido entre locutores, efeitos que se produzem na materialidade da língua, à qual Pêcheux se refere fazendo uso da expressão “‘fundo invariante’ da língua” (PÊCHEUX, 1997, p. 75). Na perspectiva delineada por Pêcheux, portanto, não há discurso sem língua, uma vez que a materialidade linguística é o lugar no qual se desdobram efeitos de sentido produzidos no âmbito dos processos discursivos. A despeito da especificidade com a qual Pêcheux e Laclau concebem o discurso, há nas elaborações de ambos os autores uma relação inegável entre discurso e língua: no caso de Pêcheux, a língua é um fundo invariante no qual o sentido advém como efeito de processos

4 Em inglês: “My attempt has not been to find the true referent of populism, but to do the opposite: to show that populism has no referential unity because it is ascribed not to a delimitable phenomenon but to a social logic whose effects cut across many phenomena. Populism is, quite simply, a way of constructing the political”.

5 Em inglês: “a constant dimension of political action which necessarily arises (in different degrees) in all political discourses”.

6 Em inglês: “any complex of elements in which relations play the constitutive role”.

7 Em inglês: “what is true of language conceived in its strict sense is also true of any signifying (i.e. objective) element: an action is what it is only through its differences from other possible actions and from other signifying elements — words or actions — which can be successive or simultaneous. Only two types of relation can possibly exist between these signifying elements: combination and substitution”.

8 Conforme indica Benveniste, “Saussure jamais empregou, em qualquer sentido, a palavra estrutura” (BENVENISTE, 2005, p. 98, destaque do autor). Contudo, “Chamou-se a Saussure, com razão, o precursor do estruturalismo moderno” (BENVENISTE, 2005, p. 98). É na perspectiva da língua como sistema assim como formulada no *Curso de Linguística Geral* que se sustenta a noção de estrutura, de acordo com a qual um elemento não possui existência fora da relação estabelecida com outros elementos.

discursivos; em Laclau (2005), o discurso pressupõe o funcionamento da língua nos eixos da combinação (sintagmático) e da substituição (associativo).

Voltemos às considerações de Laclau (2005) sobre a lógica populista. O autor indica que tal lógica engendra uma dicotomização do espaço social, isto é, o estabelecimento de uma fronteira interna dividindo o campo social em dois polos. Tal dicotomização implica no agrupamento de um conjunto de demandas insatisfeitas diferenciadas em torno de uma demanda particular, que passa a representar um dos polos da dicotomia – o povo – como uma universalidade. Conforme explica Laclau,

Temos, aqui, então a formação de uma fronteira interna, uma dicotomização do espectro político local através da emergência de uma cadeia equivalencial de demandas insatisfeitas. [...] Uma pluralidade de demandas que, através de sua articulação equivalencial, constitui uma subjetividade social mais ampla que chamaremos de *demandas populares* – elas começam, em um nível bastante incipiente, a constituir o “povo” como um ator histórico em potencial. Temos, aqui, de forma embrionária, uma configuração populista (LACLAU, 2005, p. 74, destaque do autor, tradução nossa<sup>9</sup>).

O povo representado como uma universalidade corresponde, contudo, a uma totalidade impossível, uma vez que uma demanda particular não poderia, jamais, fixar o povo como uma unidade. Embora se trate de uma totalidade impossível, há sempre um empuxo em direção a ela. É nessa perspectiva que Laclau compreende hegemonia: uma relação hegemônica se estabelece, justamente, quando “uma certa particularidade [...] assume o papel de uma totalidade impossível” (LACLAU, 2005, p. 115, tradução nossa<sup>10</sup>). Nesse sentido, não há universalidade que não seja hegemônica. Laclau acrescenta que não há nada na materialidade da demanda particular que a predestine a representar esta totalidade impossível. Contudo, uma vez que tal demanda se torna hegemônica, ela permanece como tal por todo um período histórico.

A configuração de uma universalidade demanda a exclusão de um elemento em torno do qual se constitui esta universalidade. O “povo” se constitui, portanto, em sua oposição a um polo oposto. Como afirma o autor, “é através da demonização de um setor da população que uma sociedade atinge um senso de sua própria coesão” (LACLAU, 2005, p. 70, tradução nossa<sup>11</sup>). Em relação ao elemento excluído, as demandas diferenciadas agrupadas em torno de uma demanda particular tornam-se equivalentes em sua rejeição ao elemento que foi excluído. Nessa perspectiva, pode-se abordar o populismo como “uma forma de constituição da própria unidade do grupo” (LACLAU, 2005, p. 73, tradução nossa<sup>12</sup>).

Importa retomar, aqui, as considerações de Laclau sobre a metáfora. Conforme o autor afirma,

[...] a metáfora estabelece uma relação de substituição entre termos com base no princípio da *analogia*. Como acabei de dizer, em qualquer estrutura dicotômica um conjunto de identidades ou interesses particulares tende a se reagrupar como diferenças equivalentes em torno de um dos polos da dicotomia. Por exemplo, as injustiças experimentadas por vários setores do “povo” serão vistas como equivalentes entre

9 Em inglês: “So we have here the formation of an internal frontier, a dichotomization of the local political spectrum through the emergence of an equivalential chain of unsatisfied demands. [...] A plurality of demands which, through their equivalential articulation, constitute a broader social subjectivity we will call popular demands – they start, at a very incipient level, to constitute the ‘people’ as a potential historical actor. Here we have, in embryo, a populist configuration”.

10 Em inglês: “a certain particularity [...] assumes the role of an impossible universality”.

11 Em inglês: “it is through the demonization of a section of the population that a society reaches a sense of its own cohesion”.

12 Em inglês: “one way of constituting the very unity of the group”.

si face à “oligarquia”. Mas trata-se simplesmente de dizer que elas são *análogas entre si* em sua confrontação com o poder oligárquico. E o que é isso senão uma reagregação metafórica? Desnecessário dizer que a quebra destas equivalências na construção de um discurso mais institucional procederá através de dispositivos diferentes, porém igualmente retóricos. Portanto, tais dispositivos, longe de serem *mera* retórica, são inerentes à lógica que preside a constituição e dissolução de *qualquer* espaço político (LACLAU, 2005, p. 19, destaques do autor, tradução nossa<sup>13</sup>).

Segundo Laclau, portanto, na divisão dicotômica do espaço social um conjunto de identidades ou interesses particulares se agrupa em um dos polos da dicotomia, o que o autor considera um agrupamento metafórico. Nessa perspectiva, a metáfora não se configura como um mero dispositivo retórico, mas como elemento que estrutura a dicotomização do espaço social inerente à lógica populista, lógica que preside a constituição e dissolução de qualquer espaço político. A metáfora assume, nessa perspectiva, uma dimensão constitutiva do espaço político.

Conforme vimos em nossa discussão sobre as elaborações de Pêcheux em *Análise Automática do Discurso*, a estrutura de todo processo discursivo se instaura e se assegura através de efeitos metafóricos. Perguntamos então: o que seria específico ao jogo metafórico em torno do qual se instaura e se assegura o discurso político? Nossa retomada das elaborações de Laclau em *A razão populista* permitem dizer que o jogo metafórico constitutivo de uma das formas do discurso político se faz em relação à dicotomização do espaço social de que nos fala Laclau: um conjunto de elementos se reagrupa em torno de um dos polos da dicotomia (configurando um povo), estabelecendo entre si uma relação de analogia em função de sua oposição face ao polo oposto. Configura-se, assim, o povo (como totalidade impossível) em sua oposição a um elemento excluído.

A este respeito, vale retomar o exemplo do discurso de um deputado na Câmara (PÊCHEUX, 1997). Conforme vimos, Pêcheux indica que o deputado está “situado no interior de relações de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado” (PÊCHEUX, 1997, p. 77, destaque do autor). Reveste-se de importância para este trabalho a indicação de que um campo político coloca em cena elementos antagonistas em relação. A dicotomização do espaço social engendrada pela lógica populista (LACLAU, 2005) atesta, justamente, a existência de elementos antagonistas em relação num campo político dado.

Nossa leitura de Pêcheux com Laclau não deixa de ter relação com a análise feita por Morais (2019), retomada acima, de acordo com a qual uma postagem feita por Bolsonaro em seu perfil no Facebook constrói dois grupos antagônicos – a população de bem, por um lado, e a esquerda brasileira / o PT, por outro – em relação de oposição lógica. A análise feita por Morais (2019) mostra-se, em nossa leitura, em consonância com a perspectiva que tentamos construir, aqui, segundo a qual o jogo metafórico que constitui uma forma do discurso político se faz em relação a uma dicotomização do espaço social. Dicotomização na qual um conjunto de elementos se reagrupa metaforicamente em torno de um dos polos da dicotomia em oposição a um polo oposto.

Vale lembrar que, de acordo com a análise feita por Morais (2019), na construção dos dois grupos antagônicos a ditadura militar advém como Revolução, como reação a uma suposta ameaça dos terroristas de esquerda. Ponto que se reveste de importância para o trabalho

13 Em inglês: “[...] metaphor establishes a relation of substitution between terms on the basis of the principle of analogy. Now, as I have just said, in any dichotomic structure, a set of particular identities or interests tend to regroup themselves as equivalential differences around one of the poles of the dichotomy. For instance, the wrongs experienced by various sections of ‘the people’ will be seen as equivalent to each other vis-a-vis the ‘oligarchy’. But this is simply to say that they are all analogous with each other in their confrontation with oligarchic power. And what is this but a metaphorical reaggregation? Needless to say, the breaking of those equivalences in the construction of a more institutionalist discourse would proceed through different but equally rhetorical devices. So far from these devices being mere rhetoric, they are inherent in the logics presiding over the constitution and dissolution of any political space”.

desenvolvido, aqui, que tem por objetivo investigar efeitos de sentido sobre a ditadura militar em três pronunciamentos do deputado Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados. Nestes pronunciamentos, como a ditadura militar é significada?

Na próxima seção, apresentaremos os procedimentos metodológicos que fundamentaram a análise, aqui, apresentada.

## Metodologia

Para que seja possível cumprir os objetivos aqui propostos, selecionamos, dos 901 pronunciamentos feitos entre 2001 e 2018 (catalogados nas Notas Taquigráficas da Câmara dos Deputados), os três primeiros pronunciamentos em que Jair Bolsonaro reverencia a ditadura militar em data próxima a 31 de março. Tais pronunciamentos foram feitos nos anos de 2004, 2005 e 2006. Nosso *corpus* é constituído por sequências discursivas extraídas destes pronunciamentos.

Nossa análise fundamentou-se na indicação de Pêcheux (1997) de que um processo discursivo é constituído por efeitos metafóricos, isto é, se sustenta em relações de substituição entre significantes. As sequências discursivas extraídas dos três pronunciamentos foram analisadas, assim, através de um *olhar* a relações de substituição entre significantes a partir das quais efeitos de sentidos sobre a ditadura militar são produzidos. Importantes para a análise são as elaborações de Laclau (2005) sobre a lógica populista – que engendra uma forma de construção do político –, lógica que coloca em cena um reagrupamento metafórico em torno de polos de uma dicotomia que divide o campo social em lados opostos, constituindo um povo como totalidade (impossível) em oposição ao outro polo. Em consonância com tais elaborações, os efeitos de sentido sobre a ditadura militar serão abordados tendo como referência a forma X CONTRA Y, forma que é constitutiva dos pronunciamentos do deputado Jair Bolsonaro, como teremos a oportunidade de demonstrar. A forma X CONTRA Y guiou-nos também na composição do *corpus*, uma vez que as sequências discursivas foram recortadas tendo como base tal forma. A análise será realizada através da identificação dos elementos que assumem os lugares de X e de Y na estrutura X CONTRA Y, o que permitirá abordar os efeitos de sentido acerca da ditadura militar nos pronunciamentos analisados.

Passemos agora à análise do *corpus*.

## Análise

### 31 de março de 2004

Do pronunciamento feito em 31 de março de 2004, extraímos a seguinte sequência discursiva:

#### SD1

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 31 de março de 1964 é uma data reverenciada pelos brasileiros de bem, pelos democratas.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. autorização para reverenciar a memória dos militares que, em 1964, evitaram fosse instalada no País ditadura totalitária de esquerda. Vou me ajoelhar, por alguns segundos, se V.Exa. permite (Ajoelha-se o orador.)

Os brasileiros devem homenagear os militares que, nesta data que deve ser comemorada, evitaram - repito - fosse instalada em nosso País ditadura totalitária de esquerda, cujo resultado seria a implantação de regime semelhante ao de Cuba e, para todos nós, o paredão ou a plantação de cana.

Quero reverenciar a memória dos heróis que morreram em prol da revolução, dos 16 militares que morreram na Guerrilha do Araguaia. Caso não tivessem aniquilado o movimento, hoje teríamos no coração do País grupos semelhantes às FARC que dominam a Colômbia.

É a homenagem que faço em memória dos meus companheiros militares que faleceram em 1964 e também por ocasião da Guerrilha do Araguaia (Levanta-se o orador).

De início, destaca-se que a ditadura militar comparece, no pronunciamento de Bolsonaro, como uma *revolução*. Revolução que, de acordo com o pronunciamento, evitou que fosse instalada no país uma *ditadura totalitária de esquerda, cujo resultado seria a implantação de regime semelhante ao de Cuba e, para todos nós, o paredão ou a plantação de cana*. Vislumbramos aqui um elemento fundamental nos pronunciamentos de Bolsonaro, qual seja, uma dicotomização do espaço social de acordo com a qual se constituem polos opostos, em relação aos quais a ditadura militar é significada. Em termos da forma que nomeamos X CONTRA Y – forma que é estruturante dos pronunciamentos de Bolsonaro –, temos então

X=revolução

Y=ditadura totalitária de esquerda

A ditadura militar é, portanto, significada como *revolução* em sua oposição a uma suposta *ditadura totalitária de esquerda*. Esta dicotomia pode também ser vislumbrada se atentarmos para outros elementos que, em SD1, assumem os lugares de X e Y:

X= brasileiros de bem

democratas

militares

16 militares que morreram na Guerrilha do Araguaia

meus companheiros militares que falecerem em 1964 e também por ocasião da Guerrilha do Araguaia

heróis que morreram em prol da revolução

Y= grupos semelhantes às FARC que dominam a Colômbia.

A ditadura militar é significada não apenas em relação aos elementos contra os quais ela se opõe, mas também na referência a elementos que se encontram no polo X. Ela é, portanto, significada em sua associação com os *brasileiros de bem*, com os *democratas* e com *heróis que morreram em prol da revolução*. Resta apontar para um elemento que, paradoxalmente, assume nesse pronunciamento o lugar de X: *todos nós*. A suposta ditadura totalitária de esquerda resultaria, para *todos nós*, em morte (*paredão*) ou em trabalho forçado (*cana de açúcar*). A que este *todos nós* se refere? Àqueles que ouvem o pronunciamento de Bolsonaro? A todos os brasileiros? Seu estatuto é incerto. Contudo, se os *brasileiros de bem* remetem a uma parte, na medida em que esta expressão opera uma partição entre os *brasileiros de bem* e aqueles que não o são, o *todos nós* aponta, em contradição, para uma totalização. Longe de ser acidental, tal contradição assume um papel importante na análise aqui apresentada. Retornaremos tal questão adiante.

Do pronunciamento de 2004, extraímos também a seguinte sequência discursiva:

## SD2

Sr. Presidente, passo agora a citar trechos de editorial escrito pelo jornalista Roberto Marinho e publicado no jornal O Globo, no dia 7 de outubro de 1984:

“Participamos da Revolução de 1964 identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada”.

Em SD2, a ditadura militar desponta como *revolução de 1964* e encontra-se associada aos *anseios nacionais de preservação das instituições democráticas*. Estas últimas encontravam-se supostamente *ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada*. Nessa perspectiva, a *revolução de 1964* teria sido uma reação inevitável contra elementos configurados como ameaças. Em termos da forma X CONTRA Y, temos

X= revolução de 1964

anseios nacionais de preservação das instituições democráticas

Y= radicalização ideológica  
greves  
desordem social  
corrupção generalizada

Assim, a ditadura militar se configura por sua oposição a uma ameaça e a um suposto estado de caos social (*greves, desordem, corrupção*), mas também por sua associação com *anseios nacionais de preservação das instituições democráticas*. Curiosamente, a ditadura é, na sequência em questão, significada como uma revolução democrática, em consonância com *anseios nacionais*. Configura-se aqui, ao mesmo tempo, algo que seria da ordem do *nacional*, remetendo a toda nação, a uma totalidade, portanto. Permanece, portanto, a contradição entre todo (*os anseios nacionais*) e parte (*brasileiros de bem*, em SD1). Tal jogo contraditório entre todo e parte, em nossa leitura, revela a operação de acordo com a qual a parte é tomada como todo, elemento essencial na lógica populista da qual nos fala Laclau (2005), e que aponta para o estabelecimento de uma hegemonia: “uma certa particularidade [...] assume o papel de uma totalidade impossível” (LACLAU, 2005, p. 115, tradução nossa<sup>14</sup>).

### 31 de março de 2005

Do pronunciamento feito em 31 de março de 2005, extraímos a seguinte sequência discursiva:

#### SD3

Antes de 31 de março de 1964, o Brasil vivia um clima de corrupção, de greve generalizada, de insubordinação nas Forças Armadas, de caos absoluto. A paralisação de serviços públicos essenciais e outros acontecimentos indicavam a perspectiva de iminente guerra civil.

Naquela época, existia a Guerra Fria, quando o comunismo tentava ampliar seus tentáculos e o fazia de forma violenta. O Brasil era um alvo dos mais interessantes.

O caos estava implantado. Praticamente havia uma revolução comunista no Brasil. Por isso, não tenho dúvida de que o heroico [sic] movimento militar de 31 de março de 1964, equivocadamente chamado de revolução. Na verdade, foi uma contrarrevolução [sic], pois surgiu para se contrapor a uma revolução comunista em pleno andamento.

Com forte apoio popular, com o beneplácito da Igreja, com apoio das mulheres e principalmente da imprensa, que estampava editoriais pedindo “um basta” ao desgoverno de João Goulart e ao caos reinante, os militares acabaram por assumir o timão deste País, no dia 31 de março de 1964.

A ditadura militar é significada, nesta sequência, como uma *contrarrevolução* que se contrapôs a uma suposta revolução comunista. Temos, portanto,

X= contrarrevolução  
Y= revolução comunista

Assim como em SD1 e SD2, a ditadura é configurada em SD3 como uma reação contra uma *revolução comunista em pleno andamento*. Nesta sequência, a forma X CONTRA Y configura-se em torno de uma espécie de partição temporal: Y, englobando elementos aos quais se opõe a contrarrevolução, remete a um tempo anterior a 1964:

X=contrarrevolução  
heroico movimento militar de 31 de março de 1964  
Y= revolução comunista  
corrupção  
greve generalizada  
insubordinação nas Forças Armadas

<sup>14</sup> Em inglês: “a certain particularity [...] assumes the role of an impossible universality”.

caos absoluto  
paralisação de serviços públicos essenciais  
iminente guerra civil  
comunismo violento

Em SD3, os militares encontram-se associados a um *forte apoio popular, à igreja, às mulheres e à imprensa*, em oposição ao *desgoverno de João Goulart e ao caos reinante*. Em termos da forma X CONTRA Y, temos

X= povo  
igreja  
mulheres  
imprensa  
Y= desgoverno de João Goulart  
caos reinante

Resta, por fim, apontar para a configuração do Brasil como um time de futebol – *o timão deste País*, que os militares assumiram. Em nossa leitura, tomar o Brasil como um time de futebol revela uma lógica esportiva em operação, e engendra o apagamento da diversidade e da pluralidade de classes em conflito em prol da ideia de um time nacional, isto é, que englobaria toda a nação. Em nossa leitura, é novamente a relação entre parte e todo que está em cena aqui: a parte (os militares) se assume como todo (o timão do país), se inscrevendo no âmbito de uma totalidade impossível, o que aponta, mais uma vez, para o estabelecimento de uma hegemonia, desta vez sob os efeitos de uma lógica esportiva.

### 29 de março de 2006

Do pronunciamento de 29 de março de 2006, extraímos a seguinte sequência discursiva:

#### SD4

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 31 de março de 1964 teve início a Revolução. Aproveito a oportunidade para saudar os militares e os homens de bem que participaram daquele movimento.

Vou ler alguns trechos de editorial assinado por Roberto Marinho e publicado em 7 de outubro de 1984, na capa do jornal O Globo:

“Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais, de preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada.

[...] os acontecimentos que se iniciaram, como reconheceu o Marechal Costa e Silva, ‘Por exigência inelutável do povo brasileiro’. Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um ‘pronunciamento’ ou ‘golpe’ com o qual não estaríamos solidários”.

De início, vale apontar para a configuração da ditadura militar como *a revolução*. Destaque para a utilização do artigo a, o que, em nossa leitura, engendra um efeito de evidência do tipo “sabemos do que estou falando: a gloriosa revolução que derrotou os comunistas”. A *revolução* encontra-se, em SD4, associada aos *militares* e aos *homens de bem*. Assim como em SD2, retoma-se o editorial de Roberto Marinho escrito em 1984, no qual podemos vislumbrar elementos que, conforme indicamos acima, ocupam os lugares de X e Y na forma X CONTRA Y: de um lado, a *revolução de 1964* e os *anseios nacionais de preservação das instituições democráticas*; de outro, *radicalização ideológica, greves, desordem social, corrupção generalizada*, configurados como ameaças. A ditadura militar é, mais uma vez, significada por sua oposição a estas ameaças, mas também por sua associação aos *homens de bem* e aos *anseios nacionais de preservação das instituições democráticas*.

O editorial de Roberto Marinho inclui também outro elemento que assume o lugar de X: o povo brasileiro. Em nossa leitura, a menção ao povo brasileiro é reveladora do jogo entre parte e todo mencionado anteriormente, de acordo com o qual uma parte se coloca no lugar do todo, de uma totalidade impossível: os *homens de bem* são representados como *povo brasileiro*. Mais uma vez, roçamos aqui em um elemento que constitui, segundo Laclau, a lógica populista: uma parte é colocada no lugar de uma totalidade impossível, revelando uma operação hegemônica.

Passemos, agora, às considerações finais do trabalho.

### Considerações Finais

Conforme nossa análise indicou, os três pronunciamentos de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados significam a ditadura militar em relação a uma dicotomização do espaço social que expressamos através da forma X CONTRA Y. A ditadura militar é configurada como revolução / contrarrevolução em sua oposição a uma suposta revolução comunista / ditadura totalitária de esquerda. Nesta dicotomia, a ditadura é configurada não apenas por sua oposição a Y (revolução comunista / ditadura totalitária de esquerda / radicalização ideológica / greves / desordem social / corrupção / insubordinação nas Forças Armadas / caos / paralisação de serviços / guerra civil iminente / desgoverno de João Goulart), mas também por sua relação com outros elementos que ocupam o lugar de X (brasileiros de bem / democratas / companheiros militares que faleceram em 1964 e na Guerrilha do Araguaia / heróis que morreram em prol da revolução / povo / igreja / mulheres / imprensa).

Em nossa leitura, a ditadura configurada como revolução contra uma suposta ameaça comunista é o ponto que permite que os elementos agrupados em cada um dos polos da dicotomia estabeleçam entre si relações de analogia, o que aponta para o funcionamento da metáfora. Nos pronunciamentos de Bolsonaro, os efeitos de sentido sobre a ditadura militar se produzem na relação com a dicotomização do espaço social de que fala Laclau (2005).

Os resultados a que chegamos estão em consonância com a análise realizada por Morais (2019), de acordo com a qual há, em uma postagem feita por Bolsonaro no Facebook, a construção de dois grupos antagônicos em relação de oposição lógica: de um lado a população de bem, de outro a esquerda brasileira / o PT. Os resultados a que chegamos indicam também, em consonância com Morais (2019), que a ditadura militar, como revolução / contrarrevolução, configurou-se como uma reação inevitável a uma suposta ameaça comunista.

Contudo, a análise aqui apresentada acrescenta um elemento importante, qual seja, o jogo discursivo entre parte e todo. Nossa análise revela que a ditadura é significada tanto em relação aos *brasileiros de bem* (parte) quanto na referência a *todos nós, à nação, ao povo brasileiro* e ao *timão do País* (todo). Neste jogo contraditório entre todo e parte, a parte é tomada como todo, assumindo o lugar de uma totalidade impossível. O que aponta para o estabelecimento de uma hegemonia: “uma certa particularidade [...] assume o papel de uma totalidade impossível” (LACLAU, 2005, p. 115, tradução nossa<sup>15</sup>).

Através da leitura de Pêcheux (1997) com Laclau (2005), objetivamos não apenas elaborar os fundamentos teórico-metodológicos da análise aqui apresentada, mas também contribuir para a compreensão do discurso político. Para Pêcheux (1997), a estrutura de todo processo discursivo se instaura e se assegura em efeitos metafóricos. Perguntamos então: o que seria específico ao jogo metafórico em torno do qual se sustenta o discurso político? Fundamentados nas elaborações de Laclau sobre a lógica populista, propusemos, então, que em uma forma do discurso político os efeitos metafóricos (PÊCHEUX, 1997) se fazem em relação a uma dicotomização do espaço social, na qual um número de elementos se agrupa metaforicamente em torno de um dos polos da dicotomia, constituindo assim um povo. Estes elementos estabelecem entre si uma relação de analogia face ao polo oposto. Tal forma do discurso político, em nossa leitura, atualiza a indicação de Pêcheux (1997) de acordo com a qual um campo político coloca em cena elementos antagonistas em relação.

15 Em inglês: “a certain particularity [...] assumes the role of an impossible universality”.

## Referências

- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. 5 ed. Campinas: Pontes, 2005.
- GASPARINI, E.N. Sobre a fala no Curso de Linguística Geral: um caminho da liberdade humana? **Prolíngua**, v. 11, n. 2, p. 61-71, 2016.
- LACLAU, E. **On populist reason**. Nova Iorque: Verso, 2005.
- LEITE, N. **Psicanálise e Análise do Discurso** – o acontecimento na estrutura. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.
- MENEGAT, R. Bolsonaro mencionou a ditadura em 1/4 dos seus discursos como deputado. **Estadão**, 30 de mar. de 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica/bolsonaro-mencionou-a-ditadura-em-14-de-seus-discursos-como-deputado,982285>. Acesso em: 16 mar. 2020.
- MORAIS, A.R.A. O discurso político da extrema-direita na atualidade. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**: Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB, Brasília, v. 20, n. 1, p. 152-172, 2019.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas: UNICAMP, 1997.
- SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.
- Discursos analisados
- BOLSONARO, J. Discurso. 2004. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=039.2.52.O&nuQuarto=23&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:44&sgFaseSessao=PE&Data=31/03/2004&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PTB-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:44&txEtapa=>. Acesso em: 30 set. 2020.
- \_\_\_\_\_. Discurso. 2005. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=049.3.52.O&nuQuarto=100&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:18&sgFaseSessao=GE&Data=31/03/2005&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PFL-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:18&txEtapa=>. Acesso em: 30 set. 2020.
- \_\_\_\_\_. Discurso. 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=036.4.52.O&nuQuarto=24&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:46&sgFaseSessao=PE&Data=29/03/2006&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:46&txEtapa=>. Acesso em: 30 set. 2020.

Recebido em 01 de outubro de 2020.

Aceito em 20 de outubro de 2020.